



A DISCIPLINA DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DISCURSO

¹ Yvisson Gomes dos Santos, Autor.

¹ Doutorando em Educação pelo PPGE/CEDU/UFAL. É professor de Filosofia da Educação Básica da SEDUC/AL. E-mail: yvissongomes@hotmail.com.

Resumo

O presente artigo objetiva analisar três fragmentos extraídos da nossa pesquisa de mestrado em Educação Brasileira (UFAL), em uma escola pública do ensino médio de Maceió/AL. De acordo com as entrevistas abertas feitas a dois alunos e a uma professora da disciplina de filosofia, chegamos a seguintes conclusões sobre a pergunta – O que é Filosofia? – nos quais esses sujeitos da Educação se mantiveram unânimes a reprodução da ideologia da representação do capitalismo através da alienação. Tal incursão levou-nos a fazer uma leitura discursiva dos fragmentos analisados e desdobrá-los, de maneira pontual, sobre a ótica historial do processo de exclusão e inclusão da disciplina de filosofia no ensino médio.

Palavras-chave: Análise do Discurso; filosofia; ideologia.

Abstract

This article aims to analyze three fragments extracted from our master's research in Brazilian Education (UFAL), in a public high school in Maceió/AL. According to the open interviews with two students and a teacher of philosophy, we reached the following conclusions on the question – What is Philosophy? – in which these subjects of Education remained unanimous in reproducing the ideology of representing capitalism through alienation. Such incursion led us to make a discursive reading of the analyzed fragments and to unfold them, in a punctual way, on the historical perspective of the process of exclusion and inclusion of the discipline of philosophy in high school.

Keywords: Discourse Analysis; philosophy; ideology.

Introdução

A análise do discurso é um instrumento teórico e prático que possibilita aos educadores e educandos uma leitura de mundo que não seja especificamente semiológica, mas fundamentalmente ideológica. Diante disso, todo o discurso é ideológico e nele, através do materialismo histórico, observa-se a perversidade do “Capital”, no qual este mantém inquestionavelmente a hegemonia das classes estratificadas, a saber, a dominante e a dominada.

A partir dessa visão, podemos dizer que com a AD podemos exteriorizar nossa pesquisa com maior acuidade, pois a:

Análise do Discurso leva em conta o homem e a língua em suas concretudes, não enquanto sistemas abstratos. Ou seja, considera os processos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem. Assim fazendo, insere o homem e a linguagem à sua exterioridade, à sua historicidade (MENDES E SILVA, (2005, p 16).

Para se compreender a AD, no nosso entendimento, deve-se se ater à construção histórica da sociedade e fazer uso desse instrumento para tentar abarcar os enunciados que se mostram, não somente no texto em si, mas nos desdobramentos do mesmo.

Com isso, foi feita uma pesquisa para este artigo através da nossa experiência com uma escola pública de Maceió/AL, no qual participamos de uma coleta de dados da fala de alunos e de uma professora, e perguntamos o que eles entendiam sobre “O que é a Filosofia?”.

Sobre a análise do discurso: alguns apontamentos

Para compreendermos o significado da AD na nossa compreensão, devemos inicialmente averiguarmos a etimologia da palavra “discurso”.

De acordo com o dicionário Larousse (1992, p. 366), essa terminologia vem do “latim *discursus*, ação de correr por várias partes. Exposição de ideias, proferida em público, de improviso ou escrita antecipadamente com esse propósito. 2. Oração, fala”.

Ou seja, a palavra discurso, em sua raiz etimológica, não foge do “senso comum” que temos na modernidade sobre tal definição. Temos a fala e/ou comunicação que pode ser dirigida a um público qualquer, com determinadas informações frasais que, por sua vez, podem ser compreendidas por um ouvinte ou diversos ouvintes.

Podemos ter outra definição do “discurso” como tudo aquilo que através da linguagem pode haver um emissor e receptor para o franqueamento de uma mensagem, quer seja oralizada, escrita ou de outras formas de comunicação. Essa segunda definição sobre o

“discurso” recai aos teóricos da semiótica, e não é a intenção deste artigo de estudá-los. Por que então?

Por que não observaremos o caráter estrutural de um discurso, no que tange a sua formação linguística, mas falaremos sobre a “Análise do Discurso”, nascida na Europa e que tem características bem específicas em seu aspecto teórico-prático. O que seria desta sorte a AD?

De acordo com Mendes e Silva (2005, p. 16):

A Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente e procura detectar, então, num texto, como ele significa. Ela o vê como detentor de uma materialidade simbólica própria e significativa. Portanto, com o estudo do discurso, pretende-se apreender a prática da linguagem, ou seja, o homem falando, além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história.

O discurso é um trabalho simbólico que possui significados que foram traçados no processo histórico da sociedade humana. Sendo assim, esses significados não são não somente textuais a priori, mas tem uma ideologia que os cercam, que os circunscrevem, que se articula com o discurso. Desta feita, podemos aferir que todo o discurso é ideológico, e que teve sua interpretação precípua com o advento da teoria marxiana.

Com base nesse entendimento, para os pressupostos marxianos, a ideologia é uma organização de ideias e conceitos que se direcionam a uma finalidade social e econômica. Ela tem um dos objetivos de não clarificar a estratificação da sociedade capitalista, bem como os desdobramentos que isso acarreta no desenvolvimento historial da sociedade do “Capital”.

Dessa forma, também, temos a relação hiperbólica do “Capital” com o processo de alienação do trabalho que transformam os sujeitos em objetos e os objetos em sujeitos (ocorrendo o assujeitamento do indivíduo). O que pode ser ilustrado por meio de qualquer discurso que traz em si uma ideologia que captura e/ou prende a liberdade de pensar e de agir do homem no mundo do qual o capitalismo impera.

Podemos agora abranger mais um pouco o conceito de ideologia. De acordo Chauí apud Brandão (1986):

É um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos. Para isso, eliminam-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência, resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual. Necessária à dominação de classe, a ideologia é ilusão, i. é, abstração e inversão da realidade e por isso permanece sempre no plano imediato do aparecer social (CHAUÍ apud BRANDÃO, 1986 p. 105).

Diante do exposto, dizer que o poder da ideologia é de dominação de uma classe abastarda em detrimento de uma inferiorizada, é dizer também que a ideologia, através do discurso, pode e deve alienar aos que não sabem “ler” e “interpretar” os discursos explícitos e implícitos nas teias sociais em que os sujeitos se encontram inseridos. A pura ideia de

divisão de trabalho, aceita institucionalmente por “todos”, possui uma carga ideológica radical, na qual essa função da radicalidade é oprimir os sujeitos por meio da ideologia.

Hávamos dito que a AD era nascida na Europa. Inicialmente, ela revisitou o sistema teórico marxiano através dos pressupostos do materialismo histórico para dar uma definição pontual ao discurso do sujeito. Pensamos com Pêcheux que:

os indivíduos interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes. [...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (1997, p.214).

A atualização do discurso dominante é o que obscurece e aliena o discurso dos sujeitos envolvidos na trama social do capitalismo, e, com esta trama, os sujeitos não se compreendem “escravizados” pelas formações discursivas (aquilo que pode e deve ser dito) que são produzidas no seio da sociedade moderna.

O “Capital”, fator preponderante para essa “escravidão” dos indivíduos, denota a riqueza e o lucro produzidos na sociedade capitalista, em que esta pode produzir discursos do opressor em diferentes interfaces de enunciação que permeiam o orbe social.

A filosofia, enquanto disciplina do ensino médio, faz parte também da construção social e cultural da sociedade ocidental influenciada e influenciando os sujeitos da história.

Com o que foi exposto acima, pensemos agora sobre a disciplina de filosofia enquanto construção teórica e prática através de sua história (da história do homem), que se tornou na atualidade uma disciplina que consta na BNCC na Educação Básica brasileira. A partir disso, de que trata a filosofia e qual a sua importância para o ensino médio?

A filosofia sua história e ensino: considerações teóricas sobre esta disciplina

A filosofia nasceu na Grécia. Em algum tempo do mundo helênico, os primeiros filósofos questionaram a realidade vivida. Os pré-socráticos, como amigos da sabedoria, pensavam o mundo hodierno a sua volta. Eles propuseram questões acerca do mundo físico e elevaram suas questões as origens desse mesmo mundo fisicalista. Tudo era água para Tales de Mileto. Tudo era fogo para Heráclito. Tudo eram números para Pitágoras de Samos, dentre outros.

Após esse período vêm os primeiros filósofos que pensavam o ensino, os sofistas. Sabe-se que eles se utilizavam do pagamento, da troca de moedas para ensinar. Tinham o poder da retórica que dilacerava opositores com argumentos encadeados numa única premissa: a de convencimento pela via da argumentação. Protágoras foi um desses. Ele afirmava que “o homem era a medida de todas as coisas”, ou seja, o ser que nasceu com uma tamanha perfeição e que se podia ser mensurado pela inteligência.

O ponto culminante desse processo foi o momento antropológico ou o socrático. O homem era agora o objeto de questão, entretanto não se tinham certezas contundentes como queriam os sofistas. As questões eram de outra ordem: o não saber, o parto das ideias, os diálogos platônicos, as demonstrações da lógica aristotélica etc.

É desse momento que se estabelece uma Paidéia, a saber, um ensino desse conhecimento que é amigo da sabedoria. O ensinar da filosofia ali se estabeleceu e hoje somos devedores diretos desse ensino que pensa a razão como imprescindível para argumentar, inquirir o mundo e o próprio indivíduo.

E o ensino da filosofia na atualidade desde sua obrigatoriedade “justifica-se plenamente na formação do adolescente, e sua presença faz-se absolutamente imprescindível no currículo do ensino que lhe é destinado” (SEVERINO, 2009, p. 17). Ou seja, existe uma considerável importância dessa disciplina que advoga o saber e que com este saber ou pensar filosófico encontramos uma radicalidade conceitual que visa à formação intelectual dos sujeitos da educação através de uma postura filosófica, “que interessam não a uma determinada função em particular, mas a todas as pessoas que estão passando por um processo de inserção no mundo da cultura contemporânea” (ibidem, p.19).

Não se deve negar que o ensinar filosofia deve passar pelo senso crítico, no qual ele:

É metódico. Além disso, manifesta-se como um patamar superior de compreensão da realidade [...] O que significa isso? Significa que o seu resultado, a sua explicação, explica significativamente o que é um fato, o que é uma situação [...] o senso crítico pode dar-se nos setores de estudos e pesquisas tanto intra quanto extra-escolares (LUCKESI & PASSOS, 2004, p. 41-42).

O senso crítico vai além do senso comum, pois este “é a compreensão da realidade constituída de um conjunto de opiniões, hábitos e formas de pensamento” (Ibidem, p. 36), sendo apenas de ordem prática e não científica como é o pensamento crítico. À escola é exigido o pensamento crítico ou o senso crítico para o filosofar.

O ensino médio e a disciplina de filosofia: uma análise discursiva

A filosofia no ensino médio tem algumas características: a de propor a reflexão dos sujeitos envolvidos, de buscar a identidade autônoma dos mesmos, bem como fazê-los emancipados no que atinge o ideário da inteligência e do senso crítico e autônomo aos estudantes. Com isso, temos de nos ater um pouco mais sobre o conceito da autonomia. De acordo com Rodrigo:

[...] a autonomia ou capacidade de conduzir-se por conta própria, em nenhum aspecto é dada ao homem de imediato. Ele nasce extremamente dependente dos cuidados de outros, para que possa sobreviver: deve construir, passo a passo, sua independência aprendendo o caminhar, a alimentar-se e as demais habilidades necessárias aos cuidados de si próprio. Assim, para o ser

humano, a autonomia é fruto de uma construção árdua e gradual, inclusive no âmbito intelectual (2009, p. 25).

A autonomia requer dos sujeitos envolvidos a capacidade de compreender e apreender o mundo a sua volta através de um olhar crítico e analítico. Infelizmente, algumas vezes, encontramos situações em que a disciplina de filosofia é desconsiderada por alunos e professores do ensino médio (citaremos isso no próximo tópico deste artigo).

Mas nem sempre se consegue chegar a uma resposta considerada adequada das orientações curriculares do ensino de filosofia para os alunos do Ensino Médio. Algumas vezes a realidade é diferente, tentando-se adequar a qualidade de ensino da filosofia, algumas vezes cambaleante, com a recepção dos conteúdos filosóficos pelos alunos. É uma tarefa árdua!

Fizemos uma pesquisa para a disciplina “Análise do Discurso na Pesquisa Educacional”, do mestrado em Educação Brasileira da UFAL, no qual extraímos, em conversas informais com alunos do ensino médio de uma escola pública de Maceió/AL, a opinião desses estudantes sobre o significado da palavra filosofia.

A pesquisa foi feita por meio de gravações em áudio e apresentamos dois fragmentos de alunos do 3º ano do ensino médio e um da professora de filosofia de uma escola pública. Vamos a eles:

Primeiro fragmento

“EU ACHO QUE A FILOSOFIA É PARA PESSOAS DA CLASSE ALTA. EU FUI CRIADO NA PERIFERIA E AQUI NÃO EXISTE ESSE NEGÓCIO DE AMIZADE À SABEDORIA [...] A AMIZADE AQUI É AO PÃO E A CACHAÇA” (P. C. C. – ALUNO DO 3º ANO)

Segundo fragmento

“ESSA FILOSOFIA DEVERIA SER PARA TODOS, MAS NEM TODO MUNDO ENTENDE A FILOSOFIA POR QUE EU LI NUM LIVRO DE QUE ELA FOI FEITA PARA A ELITE, E COMO SOU POBRE COMO POSSO ESTUDAR FILOSOFIA? É UMA VIAGEM!” (S. G. L. - ALUNA DO 3º ANO)

Terceiro fragmento

“EU ENSINO A DISCIPLINA DE FILOSOFIA PARA DESPERTAR NOS ALUNOS O SENSO CRÍTICO E ARGUMENTATIVO, MAS ELES NÃO LIGAM PRA

ISSO. O QUE ELES QUEREM É PASSAR DE ANO. EU ENTENDO QUE ELES SÃO DA CLASSE MENOS FAVORECIDA. DAÍ A FILOSOFIA SÓ SERVE PARA ELES COMO ADEREÇO, UMA JOIA QUE ORNA, MAS NÃO TEM VALOR [...]” (C. C. S - PROFESSORA DE FILOSOFIA)

Possíveis análises:

O que se pensar sobre os fragmentos discursivos adquiridos nessa pesquisa? Qual a real situação da filosofia no tocante a perspectiva dos alunos e, principalmente, da professora de filosofia desta escola maceioense?

Como já dissemos noutro momento: todo discurso tem um caráter ideológico. Com isso, podemos dizer que os discursos apresentados acima, a priori, cumprem uma função que, algumas vezes, tem a finalidade de alienar, de embotar o senso crítico, fazendo com que os sujeitos percam a autonomia intelectual e não usem da sua criticidade para pensar o mundo e suas relações simbólicas e sociais com o mesmo.

Começemos com o terceiro fragmento que é da professora. Ela alude as intenções reais da filosofia no ensino médio, o uso do senso crítico e argumentativo. O que se pode ser notado por a professora ADMITIR que “eles [os alunos] são da classe menos favorecida”, e, por isso, não conseguem absorver os conteúdos filosóficos, encarando-a como “joia que orna, mas na tem valor”. Essa opinião da profissional pode, em uma outra vertente, querer dizer: “como eles são pobres, por que filosofar?”

A questão que se mostra é de que a docente inculta em seu discurso a ideologia do opressor, e pode fazer com que a filosofia seja considerada, em outras palavras, como uma forma para aquisição de nota, mas sem valor maior aos seus discentes.

A formação discursiva desta professora pode ser interpretada como uma paráfrase da cultura do opressor (repete-se), uma vez que ela retroalimenta a excludência. Concordamos com Courtine: “[...] toda sequencia discursiva deve ser analisada em um processo discursivo de reprodução/ transformação dos enunciados no interior de uma formação discursiva dada.” (COURTINE apud BRANDÃO 1986, p.41).

A reprodução do discurso da professora é certamente igual ao do clássico dilema do capitalismo: a busca do lucro. Ora, a filosofia por ser uma disciplina que tem em seu cerne o “pensamento crítico”, mas encontra limites na escola, quando se sabe que o importante é produzir ciência, tecnologia, fazer dos homens trabalhadores de uma ordem social perversa, tal qual o filme Tempos Modernos (1933), de Chaplin, no qual tudo é levado a quintessência da produção, e o Estado admite e reforça essa forma de agir.

Devemos pontuar também que a escola em estudo possui uma esqualida infraestrutura nas suas salas de aula, com pouca iluminação e carteiras velhas, e com um IDEB baixo. Além disso, a professora desta disciplina de filosofia não é formada nesta área, ela é pedagoga, e está à disposição da SEDUC/AL.

No nosso entendimento trata-se de um grande paradoxo: como se pode ter um profissional da disciplina de filosofia capacitado, sendo ele de outra área? É uma questão primordial que é desconsiderada para as “condições indispensáveis para a formação da cidadania plena” (PCN, 1999, p. 328) dos educandos desta escola.

Voltando-nos ao primeiro fragmento, o aluno diz que foi criado na periferia e seu interesse é pão e cachaça. Podemos ler de outra forma: “ora, como posso considerar a filosofia adequada a minha vida se minha professora já, em seu enunciado, diz que somos da classe baixa?”. Subtende-se, portanto, que se uma educadora pensa dessa forma, invariavelmente seu ensino será na práxis a sua forma incorreta de pensar.

Dessa forma, podemos destacar que o segundo fragmento ratifica o primeiro, pois: a opinião da aluna diz que a filosofia nasceu das classes ricas (isso pode ser considerado um fato), e sendo ela pobre, como pode estudar filosofia? Mais uma vez, mantém-se o discurso de que “TUDO QUE FOR PARA OS RICOS, NADA SERÁ PARA OS POBRES”. Podemos também aferir algumas questões. Vamos a elas.

Em certa época da história brasileira, a filosofia foi banida dos currículos escolares, pois foi durante o Regime Militar, em 1964, que se complicou ainda mais o quadro da filosofia, que desta vez passou a possuir um caráter optativo, sua presença iria depender apenas da boa vontade ou não da direção escolar.

Sabemos que, em se tratando de educação no Brasil, o ensino escolar sempre caminhou em cumplicidade com a ordem política e econômica vigente em cada época de nossa história, então, tanto a estrutura, como o papel educacional das escolas brasileiras estava voltado para reproduzirem a ideologia da atual classe dominante. O governo militar, quando assumiu o poder, direcionou a política nacional para atender as necessidades da classe que representava (Cf. GHIRALDELLI, 2003).

Desta feita, surge uma ideia de que nessa jornada da história da filosofia no Brasil, criaram-se ranços e querelas com o pensar filosófico. Somente a partir de 2008, a disciplina de filosofia tornou-se obrigatória no ensino médio. Para se chegar a esse momento, muitas objeções foram feitas para a efetivação da obrigatoriedade da filosofia, como foi na ditadura militar.

O que queremos concluir com os fragmentos citados acima é que ensinar filosofia tornou-se “arriscado”. E em que sentido, nós nos perguntamos?

Se eu como professor, me deparo com alunos que apenas reproduzem o que eu reproduzo ideologicamente, temos um sério impasse, que é a manutenção do status quo estabelecido, qual seja: da relação perversa do Capital e dos enunciados que a classe dominante quer fazer prevalecer através da alienação.

Outra análise: o que pensamos também é que com a “intoxicação” dos regimes militares no Brasil, convencionou-se dizer que o que é para ser estudado é tudo aquilo que agrada ao Estado, pois:

O fato novo, inusitado, na atitude dos Governos Militares, é que, enquanto nos períodos anteriores se postulava a retirada da filosofia do currículo por ela ser considerada conservadora e identificada com o ideário clerical, monárquico, contra o qual se fundou a República Brasileira; os Militares a retiravam por ser subversiva, devido ao seu potencial revolucionário, isto é, por insuflar as massas (de estudantes) contra o “Regime” em vigência naquele tempo (ALVES apud ANDRADE, 2008, p. 05).

A Filosofia era considerada subversiva para os regimes ditatoriais. Por isso essa disciplina se tornou um agravante para o ensino médio. O que queremos dizer é que se a professora do fragmento estudado entende que os alunos têm a filosofia como “adereço”, e que os alunos entendem que a filosofia é para classes altas e abastardas, podemos considerar que a reprodução dos discursos remetem-nos a uma historicização do ensino da filosofia no Brasil com a uma lembrança ao regime militar, nascido do capitalismo, que negava a inteligência e privilegiava tudo aquilo que brilhava feito “ouro de tolo”.

Quando se mantém os aparatos de uma educação não emancipada, pode-se correr o risco de reproduzir discursos hiperbólicos e alienantes do “Capital”, ou seja, da prevalência da classe dominante e do esquecimento da classe considerada dominada. O que pode ser justificado em Tonet (2012):

Essa divisão ganha uma forma específica na sociedade capitalista, opondo, embora de forças diversas, os trabalhadores aos capitalistas [...] a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual se torna um instrumento de dominação do capital sobre o trabalho (TONET, 2012, p. 55).

Conclui-se que enquanto o sistema de ensino não se ativer sobre essa dualidade entre o trabalho intelectual e o manual, ainda vamos ter uma sociedade em que o ensino de filosofia possui caracteres “eugenistas” e focados numa elite que desdém os menos abastados. O ponto crucial é uma reforma nas esferas de ensino no Brasil que se privilegie a não estratificação social de seus sujeitos, mas a emancipação intelectual e humana dos mesmos.

Considerações finais

Pôde-se observar neste artigo que os discursos dos alunos e da professora do ensino médio reproduziram o que as trocas simbólicas do capitalismo e do “Capital” desejavam estabelecer para eles, a saber: a manutenção do jogo ideológico-perverso que obscurece a emancipação humana e intelectual dos sujeitos.

A filosofia, sendo disciplina obrigatória do ensino médio, passou por momentos de esquecimento proposital na ditadura militar, fato que nos fez observar que sendo uma disciplina que promove a autonomia e o pensamento crítico, ela viveu sob um paradoxo: ser aceita ou não no sistema educacional de 1964 em diante. Os fragmentos pesquisados foram inquietantes, fazendo-nos concluir que há muito a se caminhar para que a disciplina de

filosofia seja manifesta com os seus reais sentidos de promoção da criticidade e da emancipação dos sujeitos da educação.

Referências bibliográficas

ANDRADE, F. R. “**Não sei por que tanto por quê?**” **A Filosofia como Disciplina no Primeiro Ciclo no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barueri (1997-2005)**. 147f. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

AUTOR DESCONHECIDO. **Alienação**. Disponível em <<<http://www.estudantedefilosofia.com.br/conceitos/alienacao.php>>> Acesso em março de 2014.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1986

GHIRALDELLI, Jr. P. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Monale, 2003.

LAROUSSE. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1992.

LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S.. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 2004.

MENDES E SILVA, M. A. S.. Sobre a análise do Discurso. **Revista da Psicologia da UNESP**, 4(1). São Paulo: UNESP. Disponível em <<<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/30/55>>> Acesso em março de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In.: GADET, F; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução às obras de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

RODRIGO, L. M. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas, SP: Autores associados, 2009 (Coleção formação de professores).

SEVERINO, A. J. Desafios atuais do ensino da filosofia. In.: TRENTIN, R; GOTO, R. (Orgs). **A filosofia e seu ensino: caminhos e sentidos**. São Paulo: Loyola, 2009.

TONET, I. Educação e evolução. In.: BERDOLDO, E. et alii (Org). **Trabalho, Educação e Formação Humana: entre à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.